



## Energia

**O Grupo Europeu de Reguladores de Electricidade e Gás (ERGEG) acaba de publicar uma avaliação de impacto acerca das suas orientações sobre boas práticas para compensação de gás.**

### Contactos

João de Macedo Vitorino

[jvitorino@macedovitorino.com](mailto:jvitorino@macedovitorino.com)

Susana Vieira

[svieira@macedovitorino.com](mailto:svieira@macedovitorino.com)

Carla Pinelas

[cpinelas@macedovitorino.com](mailto:cpinelas@macedovitorino.com)

Miguel Guarino

[mguarino@macedovitorino.com](mailto:mguarino@macedovitorino.com)

Jorge Sampaio

[jsampaio@macedovitorino.com](mailto:jsampaio@macedovitorino.com)

Esta informação é de carácter genérico, pelo que não deverá ser considerada como aconselhamento profissional. Se precisar de aconselhamento jurídico sobre estas matérias deverá contactar um advogado. Caso seja nosso cliente, pode contactar-nos por email dirigido a um dos contactos acima referidos.

### **ERGEG publica avaliação de impacto das suas orientações sobre boas práticas para compensação de gás**

O ERGEG finalizou as suas orientações de boas práticas para os mecanismos de compensação de gás (OBPMCG) em Dezembro de 2006, submetendo-as depois à consideração da Comissão Europeia (CE).

O objectivo das OBPMCG é fornecer uma orientação mais detalhada aos operadores de redes de transporte e à autoridade reguladora nacional relevante relativamente aos mecanismos de compensação de gás. O GGPGGB foi elaborado para ajudar à certificação de que os mecanismos de compensação de gás mantêm a segurança, eficiência e fiabilidade da operação da rede e que as respectivas regras baseiam-se em critérios objectivos e elaborados e são aplicadas de uma forma justa, não discriminatória e transparente.

O ERGEG recomendou à CE que as OBPMCG deveriam ser tornadas obrigatórias para ajudar a assegurar a efectiva implementação dos documentos necessários pelo território da UE, e perante esta recomendação a CE propôs ao ERGEG que produzisse uma avaliação de impacto para aferir do possível impacto de tornar as OBPMCG, de alguma forma, obrigatórias.

O ERGEG veio agora publicar a avaliação de impacto relativa às suas orientações sobre boas práticas para os mecanismos de compensação de gás.

No essencial, o ERGEG considera que os requerimentos obrigatórios existentes não são suficientes para assegurar que os mecanismos de compensação de gás mantêm a segurança, eficiência e fiabilidade da operação da rede e que as regras se baseiam em critérios objectivos e são aplicadas de forma justa, não discriminatória e transparente.

A solução avançada pelo ERGEG seria tornar o próprio GGPGGB num requerimento obrigatório, o que traria orientações com um nível de maior detalhe nestas áreas.

O ERGEG considera que em áreas cruciais do quadro regulamentar – tal como a compensação de gás – existe a necessidade de os requerimentos obrigatórios fornecerem detalhe e orientação suficiente aos acordos que forem feitos. Por outro lado, considera ainda que as entidades reguladoras devem também possuir os poderes necessários para tomar acções efectivas e apropriadas em casos de incumprimento.

Em geral, o entendimento do ERGEG vai no sentido de que atribuir obrigatoriedade ao GGPGGB trará benefícios ao nível da segurança de fornecimento, não discriminação, transparência, consistência e integração de mercado, e ainda para assegurar o desenvolvimento da concorrência.

De qualquer forma, aponta também alguns riscos e consequências não intencionais, como o facto de a segurança do fornecimento poder ser posta em causa, a existência de alguns custos adicionais significativos e a criação de uma carga regulamentar excessiva e a diminuição de alguma flexibilidade.

© 2007 Macedo Vitorino & Associados